

An aerial photograph of the Parque Estadual do Cocó in Fortaleza, Brazil. The image shows a large, winding river with a sandy bar in the center. The river is flanked by dense, lush green mangrove forests. In the background, the city skyline of Fortaleza is visible, featuring numerous high-rise buildings and a mix of architectural styles. The sky is clear and blue.

Parque Estadual do Cocó

O sonho verde de Fortaleza

EDIÇÕES
INESP

Parque Estadual do Cocó

O sonho verde de Fortaleza



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

Fortaleza - CE
2021

EXPEDIENTE



José Wagner

O livro **Parque Estadual do Cocó: o sonho verde de Fortaleza** é uma publicação do Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA). **Editor:** Demétrio Andrade (jornalista Mtb 00974JP). **Textos:** Camilo Santana, Artur Bruno e Demétrio Andrade. **Fotos:** Celso Oliveira, Diego David, Demétrio Andrade, Elian Machado (Arquivo Nirez), José Wagner, Leonardo Borralho e João Dijorge. **Equipe de comunicação da SEMA:** Demétrio Andrade, Tarcília Rego, Diego Parente e Diego David. **Tiragem:** 400 exemplares.

Catalogado por Daniele Sousa do Nascimento CRB-3/1023

P257 Parque Estadual do Cocó [livro eletrônico]: o sonho verde de Fortaleza. –Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, Secretaria do Meio Ambiente,2021.
5920 Kb ; PDF

Editor: Demétrio Andrade.

Textos: Camilo Santana, Artur Bruno e Demétrio Andrade.

ISBN: 978-65-88252-43-7

1. Parque Ecológico do Rio Cocó – Ceará – Conservação. 2. Proteção ambiental. I. Andrade, Demétrio. II. Santana, Camilo. III. Bruno, Artur. IV. Ceará. Governo do Estado. Secretaria do Meio Ambiente. V. Título.
CDD 577

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Camilo Santana

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Izolda Cela

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (SEMA)

Artur Bruno

SECRETÁRIO

Fernando Bezerra

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Maria Dias

SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Thaís Câmara Tavares

COORDENADORA DE PROTEÇÃO ANIMAL

André Pereira

COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Dóris Santos

COORDENADORA DE BIODIVERSIDADE

Nelci Gadelha

COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E PLANEJAMENTO

Kátia Gomes

COORDENADORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA

Airles Mota

CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA

Anyá Lima

ASSESSORA JURÍDICA

Demétrio Andrade

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO

Marjory Bezerra

ASSESSORA ESPECIAL – GABINETE

Marcelo Soares

CIENTISTA CHEFE DO MEIO AMBIENTE

Paulo Lira

GERENTE DO PARQUE ESTADUAL DO COCÓ

APRESENTAÇÃO

José Wagner



Camilo Santana
Governador do Estado do Ceará

Cocó, um patrimônio de todos os cearenses

Desde que assumi o Governo do Ceará, em 2015, regulamentar o Parque do Cocó e torná-lo uma área de convivência e de proteção ambiental ainda maior sempre foi um dos meus grandes objetivos, além de um sonho de quase 40 anos de ambientalistas, segmentos sociais organizados e cidadãos fortalezenses. Reunimos, então, Secretaria do Meio Ambiente, Prefeitura de Fortaleza, Ministério Público, Tribunal de Justiça e Secretaria de Patrimônio da União para dialogar e traçar os caminhos para esse importante desafio.

Após um completo estudo e a pactuação entre todos os órgãos, definimos os limites do novo Parque Estadual do Cocó e, no dia 4 de junho de 2017, assinamos a regulamentação definitiva da poligonal do equipamento. Com 1.581 hectares, passando por 15 bairros da capital e pontos da Região Metropolitana de Fortaleza, o Cocó se tornou um dos maiores parques urbanos do Brasil e da América Latina.

Uma série de intervenções foram realizadas pelo Estado nos últimos anos para tornar o Parque um espaço ainda melhor e mais agradável, com grande área de convivência e ideal para a prática de esportes. Revitalizamos os equipamentos esportivos (quadras, areninhas, academia ao ar livre, pistas de skate) e as trilhas de caminhada; construímos calçadão de 1,2 km e o Espaço Cine Cocó, voltado prioritariamente para ações de educação ambiental.

Além disso, criamos o projeto Viva o Parque, que proporciona aos domingos dezenas de atividades culturais, de lazer e de entretenimento para nossa população. Tudo de forma gratuita. Os passeios de barco pelo Rio Cocó são outra opção de lazer que o Parque oferece. Durante o trajeto é possível observar grande variedade de ecossistemas, com flora e fauna diversificados.

São dezenas de outras intervenções e ações realizadas pelo Governo do Estado para levar lazer e qualidade de vida a todos. Uma enorme área verde permanente no coração de Fortaleza, com preservação integral de milhares de espécies animais e vegetais.

Devido à pandemia da Covid-19 e com a importância do cumprimento de todas as medidas de distanciamento social, desde o ano passado o Cocó tem sua utilização limitada. Mas tenho fé que, em breve, com toda nossa população vacinada, poderemos aproveitar 100% desse belíssimo equipamento natural.

O Parque do Cocó é um patrimônio de todos os cearenses!

PREFÁCIO

Diego David



Artur Bruno
Secretário do Meio Ambiente do Ceará

Regulamentação, após 40 anos, é uma conquista da sociedade cearense

Na minha juventude, participei de algumas manifestações pela regulamentação do Parque do Cocó. Era preocupação do movimento ambiental à época lutar para delimitar a poligonal do Parque, para que Fortaleza ganhasse uma área verde permanente.

As pressões vindas de diversos setores dificultaram e atrasaram bastante o processo. Em 2017, cerca de 40 anos depois destes primeiros movimentos, tive a honra e a sorte de estar à frente da Secretaria do Meio Ambiente do Ceará – criada pelo governador Camilo Santana, em 2015 – quando finalmente pudemos concretizar este sonho.

Este livro tem o objetivo de registrar a riqueza natural do Parque Estadual do Cocó, mostrando sua importância para a capital cearense e Região Metropolitana, contando um pouco desta história.

Acredito que este trabalho será de grande valia para que esta e as futuras gerações conheçam, se encantem e também se engajem na luta – que deve ser contínua – pela preservação de nossa natureza. Ela é nosso maior presente e, sem ela, não há futuro.

PROÊMIO

Paulo Rocha



*Deputado Evandro Leitão
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do
Ceará*

A atual crise ambiental é um grave fator de disseminação de doenças e vem prejudicando, inclusive, a posição econômica do Brasil no cenário internacional. Nessa época pandêmica, a existência de áreas ao ar livre onde seja possível manter as medidas de distanciamento social e que permitam convívio seguro é fundamental para a saúde coletiva: física e mental.

A Constituição de 1988 reconheceu o meio ambiente como um direito humano fundamental. Preservar os bens ambientais para as futuras gerações é, também, uma obrigação do Poder Legislativo, que atua como agente de mudanças por meio da criação de leis embasadas na ciência e que envolvem a sociedade e seus interesses.

O Parque Estadual do Cocó possui extensa área de convivência e uma variedade considerável de ecossistemas, que inclui: manguezal, dunas seculares, Restinga e Mata de Tabuleiro. Faz parte do Grupo da Unidade de Conservação de Proteção Integral e atua na atenuação do clima de Fortaleza, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por meio do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - Inesp - publica este livro, de responsabilidade do Governo do Estado do Ceará e da Secretaria Estadual do Meio Ambiente - Sema. Com textos de Camilo Santana, Artur Bruno e Demétrio Andrade, apresenta um potente apanhado iconográfico, com o objetivo de fortalecer o debate sobre as pautas de proteção ambiental para a construção de leis, que garantam o desenvolvimento sustentável do maior parque urbano do Norte e Nordeste.

ANTEÂMBULO

Paulo Rocha



Acrísio Sena

*Presidente da Comissão de Desenvolvimento Social,
Recursos Hídricos, Minas e Pesca e Vice Presidente da
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Semiárido*

Como cidadão, pai, historiador, professor e parlamentar carrego a questão ambiental do Estado como uma das minhas prioridades de trabalho e luta, tendo sido, enquanto vereador, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Transporte da Câmara Municipal e relator do Plano Diretor de Fortaleza.

Como deputado sou presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, Recursos Hídricos, Minas e Pesca e vice-presidente da Comissão de Educação de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semiárido. Ou seja, sempre atuei como um defensor da educação ambiental no Ceará. Registro, como exemplo, a Lei no. 16.996/2019, de minha autoria, que criou a Semana Estadual de Proteção aos Manguezais.

Atualmente, essa questão recebe um acento agudo, pois a conservação de áreas ao ar livre ganha mais uma importante justificativa em épocas pandêmicas. A necessidade vai muito além de preservar os bens ambientais para as futuras gerações. É a garantia da vida, hoje.

Mas, pensar e criar leis que expressem a existência desses ambientes, como é o caso do Parque Estadual do Cocó, é também lutar contra interesses econômicos que visam a benefícios de curto prazo. Então, como parte atuante do legislativo cearense, e com a parceria do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - Inesp, participo desse livro, de autoria do Governo do Estado do Ceará e da Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA, para embasar e incrementar as pautas de proteção ambiental.

INTROITO

Bia Medeiros



*Prof. Dr. João Milton Cunha de Miranda
Diretor Executivo do Instituto de Estudos e Pesquisas
sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará*

O Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - Inesp -, criado em 1988, é um órgão técnico e científico de pesquisa, educação e memória. Ao idealizar e gerenciar projetos atuais que se alinhem às demandas legislativas e culturais do Estado, objetiva ser referência no cenário nacional.

Durante seus mais de 30 anos de atuação, o Inesp prestou efetiva contribuição ao desenvolvimento do Estado, assessorando, por meio de ações inovadoras, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Dentre seus mais recentes projetos, destacam-se o “Edições Inesp” e o “Edições Inesp Digital”, que têm como objetivos: editar livros; coletâneas de legislação; e, periódicos especializados. O “Edições Inesp Digital” obedece a um formato que facilita e amplia o acesso às publicações de forma sustentável e inclusiva. Além da produção, revisão e editoração de textos, ambos os projetos contam com um núcleo de Design Gráfico.

O “Edições Inesp Digital” já se consolidou. A crescente demanda por suas publicações segue uma média de quarenta mil downloads por mês e alcançou um milhão de acessos. As estatísticas demonstram um crescente interesse nas publicações, com destaque para as de Literatura, Ensino, Legislação e História, estando a Constituição Estadual e o Regimento Interno entre os primeiros colocados.

O livro *Parque Estadual do Cocó* é mais uma obra que compõe o diversificado catálogo de publicações do “Edições Inesp Digital” e que, direta ou indiretamente, colaboram para apresentar respostas às questões que afetam a vida do cidadão.





O 4º maior parque em áreas urbanas da América Latina



O Parque Estadual do Cocó está localizado em Fortaleza, Ceará, sendo uma das 33 Unidades de Conservação (UCs) estaduais. Sua poligonal, de 1.581 hectares, tem limite entre as cidades de Fortaleza e Maracanaú, no Anel Viário, até a foz do Rio Cocó, entre Sabiaguaba e a praia do Caça e Pesca, passando por 15 bairros da Capital. É o quarto maior parque natural urbano da América Latina e do Brasil, ficando atrás somente o Parque Estadual da Pedra Branca, no Rio de Janeiro (12.500ha); o Parque Estadual da Cantareira, em São Paulo (7.916ha) e o Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro (3.958ha). O nome do Parque tem origem no rio que ultrapassa todo o limite do mesmo, o Cocó, o que explica a formação de matas ciliares, dunas e manguezais.



José Wagner

Secretário do Meio Ambiente, Artur Bruno; Governador do Ceará, Camilo Santana; Primeira-Dama Onélia Santana; e ex-Prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio

O governador do Ceará, Camilo Santana, engenheiro agrônomo, ambientalista e funcionário de carreira do Ibama, assinou, no dia 4 de junho de 2017, no anfiteatro do Parque, na abertura da Semana do Meio Ambiente daquele ano, a regulamentação definitiva da poligonal daquele equipamento. A regulamentação do Parque Estadual do Cocó é a concretização de um sonho de cerca de 40 anos, acalentado por gerações de ambientalistas e cidadãos fortalezenses. Foram várias e várias lutas, de diversos segmentos sociais organizados, até se conseguir a legalização. Na oportunidade, foram homenageadas 19 personalidades que contribuíram para a criação, desenvolvimento e regulamentação do Parque. Elas receberam a comenda “Amigo do Parque”.



A importância do Parque para a capital cearense é inquestionável. Áreas vegetadas como o Cocó oferecem alívio ao sobreaquecimento do espaço urbano causado pela qualidade do asfalto, do concreto e de materiais de construção de capturar calor. No caso de Fortaleza, a importância é ainda maior por conta da condição do Estado, que possui mais de 90% do território localizado no semiárido nordestino. O ar embaixo da copa de uma árvore pode chegar a ser de 3° a 6°C mais frio do que quando comparado a um espaço aberto sem cobertura.

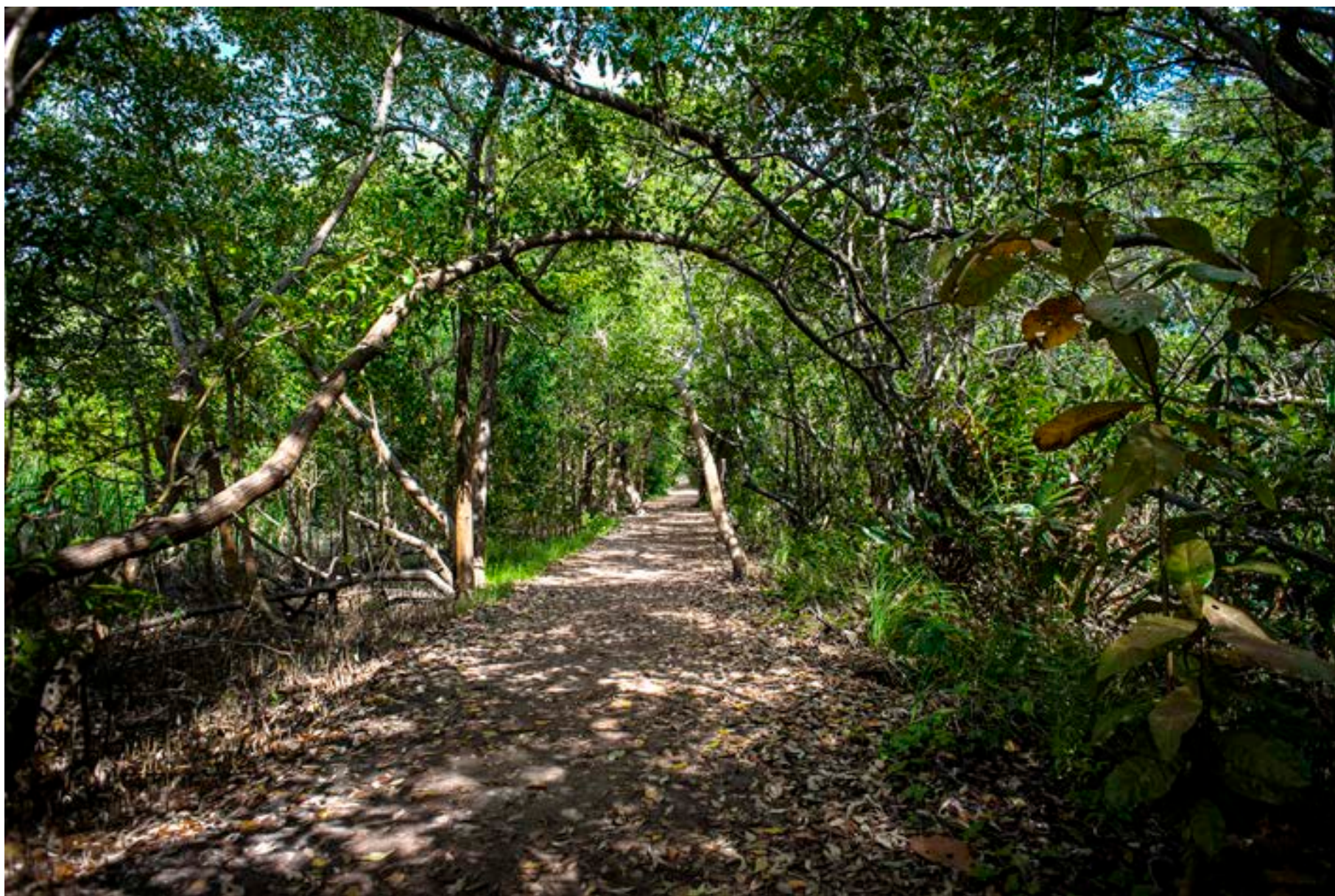


Celso Oliveira

O Parque é também uma área de mangue, um ecossistema extremamente importante, que inclui várias espécies de plantas e animais endêmicos, algumas ameaçadas de extinção, o que requer atenção especial para a realização de pesquisas sobre sua fauna e flora.



No Parque Estadual do Cocó é possível percorrer trilhas de até 1.350 metros. Elas são interligadas e oferecem baixo nível de dificuldade, podendo ser percorridas por pessoas de todas as faixas etárias.



Celso Oliveira

O visitante pode optar em fazê-las a pé ou de bicicleta – quando permitido. Animais domésticos de pequeno porte, sempre com coleiras e guias, podem percorrer somente os calçadões.



Para fazer o percurso completo a pé, leva-se em média uma hora e meia. A caminhada pode ser acompanhada por educadores ambientais da Secretaria do Meio Ambiente do Ceará (SEMA), com agendamento prévio. Há ainda uma equipe de policiais do Batalhão Policial Militar Ambiental (BPMA), que faz a segurança do local.



Diego David

O passeio de barco pelo Rio Cocó tem duas versões. A mais curta dura 20 minutos, partindo do trapiche localizado na Av. Sebastião de Abreu até a ponte da Av. Engenheiro Santana Júnior. A mais longa, do trapiche até a foz, leva entre 1h30 a duas horas.



Para a incursão pelo rio se tornar viável, é preciso ser dia de maré cheia. O rio varia o nível, em maré cheia, de dois a três metros. Sem a maré, a lâmina não passa de 30 centímetros. Por isso, é preciso ligar e marcar cada viagem.

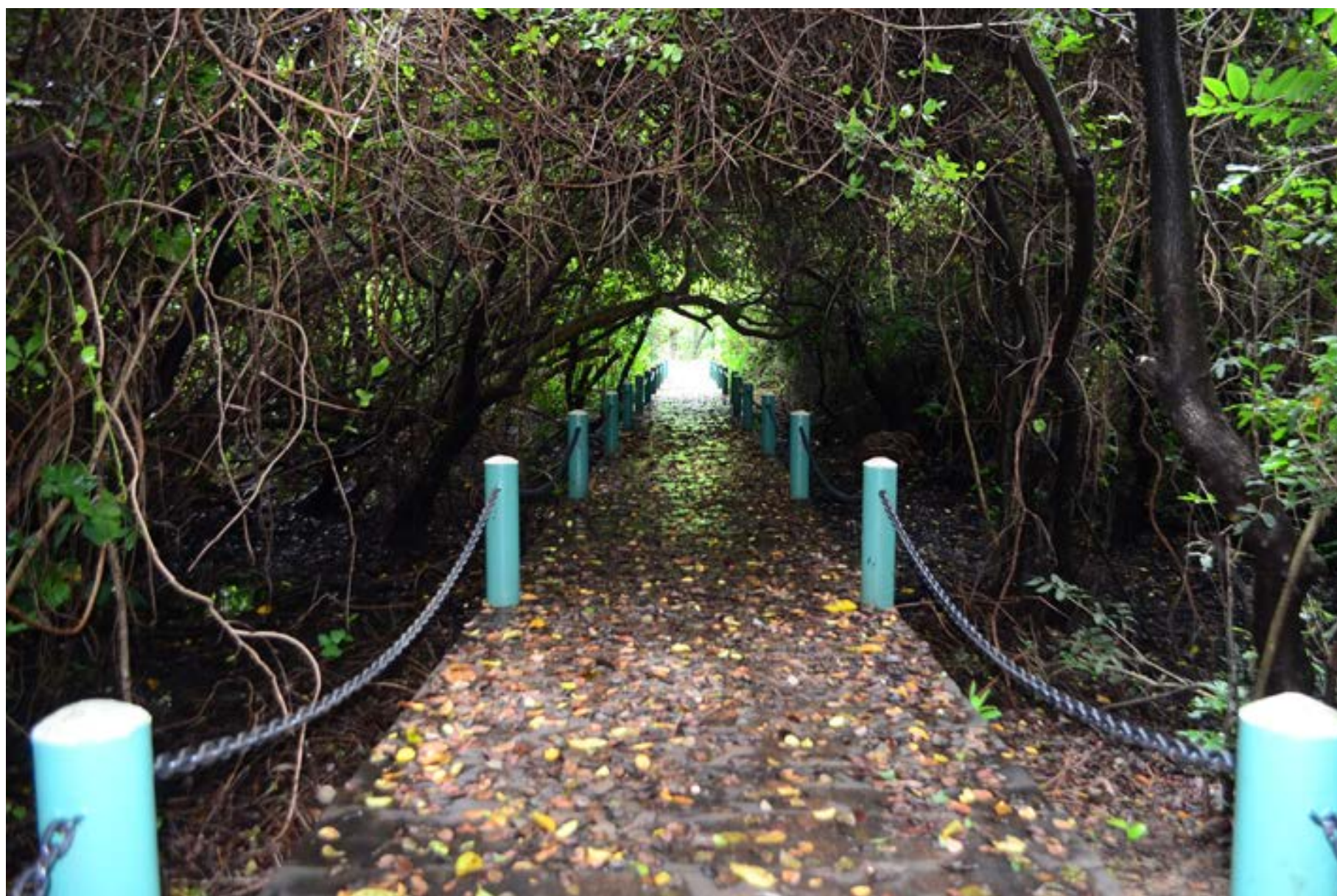


Celso Oliveira

As áreas para piqueniques ficam à sombra de árvores.



Uma das áreas para piqueniques fica próxima ao complexo esportivo e a outra localiza-se no gramado, ao lado do Observatório do Batalhão da Polícia Militar Ambiental (BPMA), na avenida Engenheiro Santana Jr.



Diego David

Em 2017, foi também incorporada ao Parque a área Adahil Barreto, concessão da Prefeitura de Fortaleza à gestão estadual.



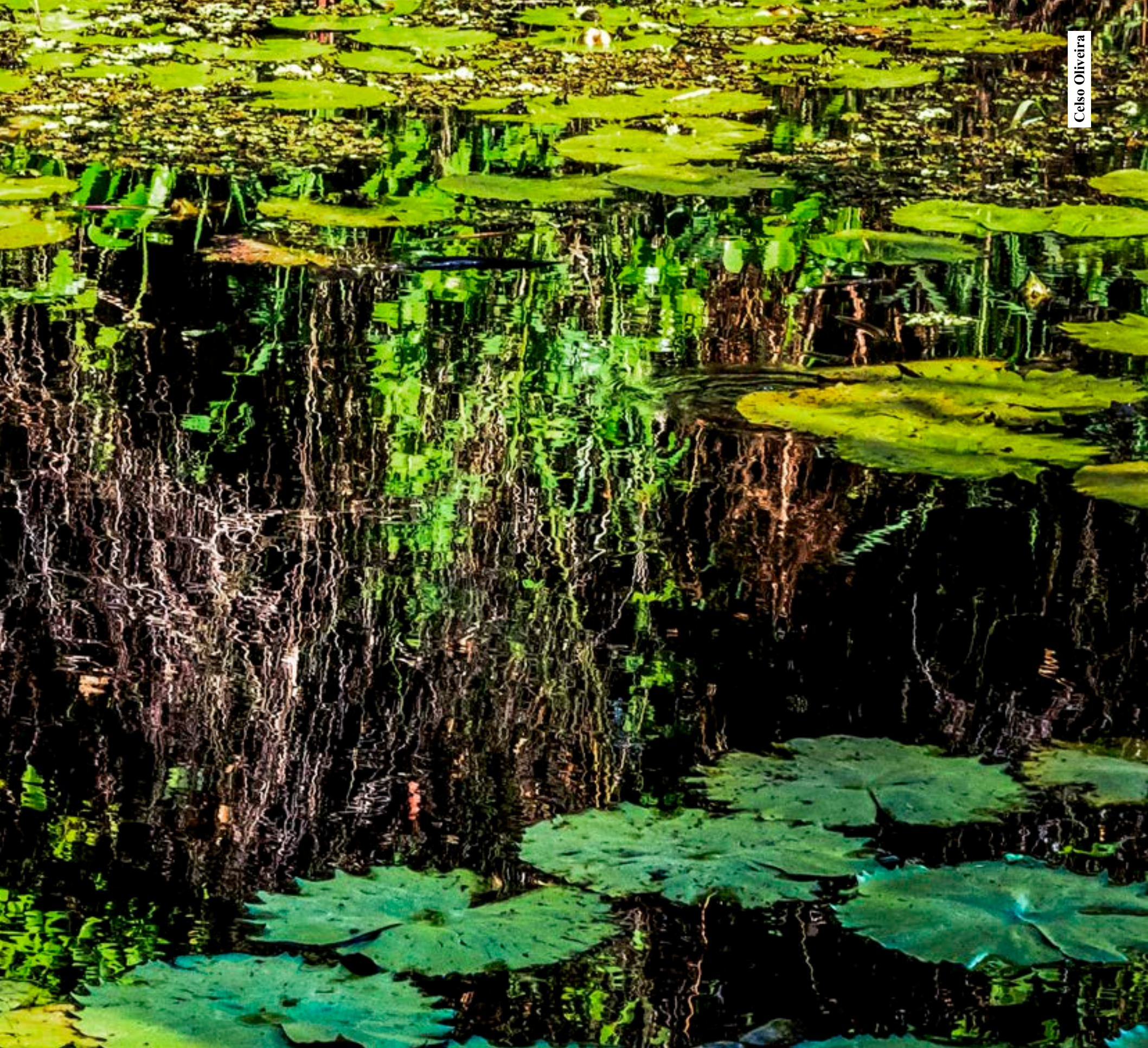
No anfiteatro, construído em 1989, concentram-se os eventos esportivos, culturais, de lazer e educação ambiental, destacando-se o projeto Viva o Parque – que ocorre nas manhãs de domingo – que contempla atividades de esporte, lazer, cultura e educação ambiental. O complexo esportivo é constituído por campo de futebol (Areninha do Cocó), duas quadras de vôlei de areia, uma quadra de poliesportiva e um minicampo de golfe.



Diego David

Equipamentos de arvorismo constituídos por 12 estações e nove etapas, com estrutura de cordas, tirolesa, cabos de aço e madeira e muro de escalada constituem-se também em opção gratuita de diversão do Parque do Cocó.

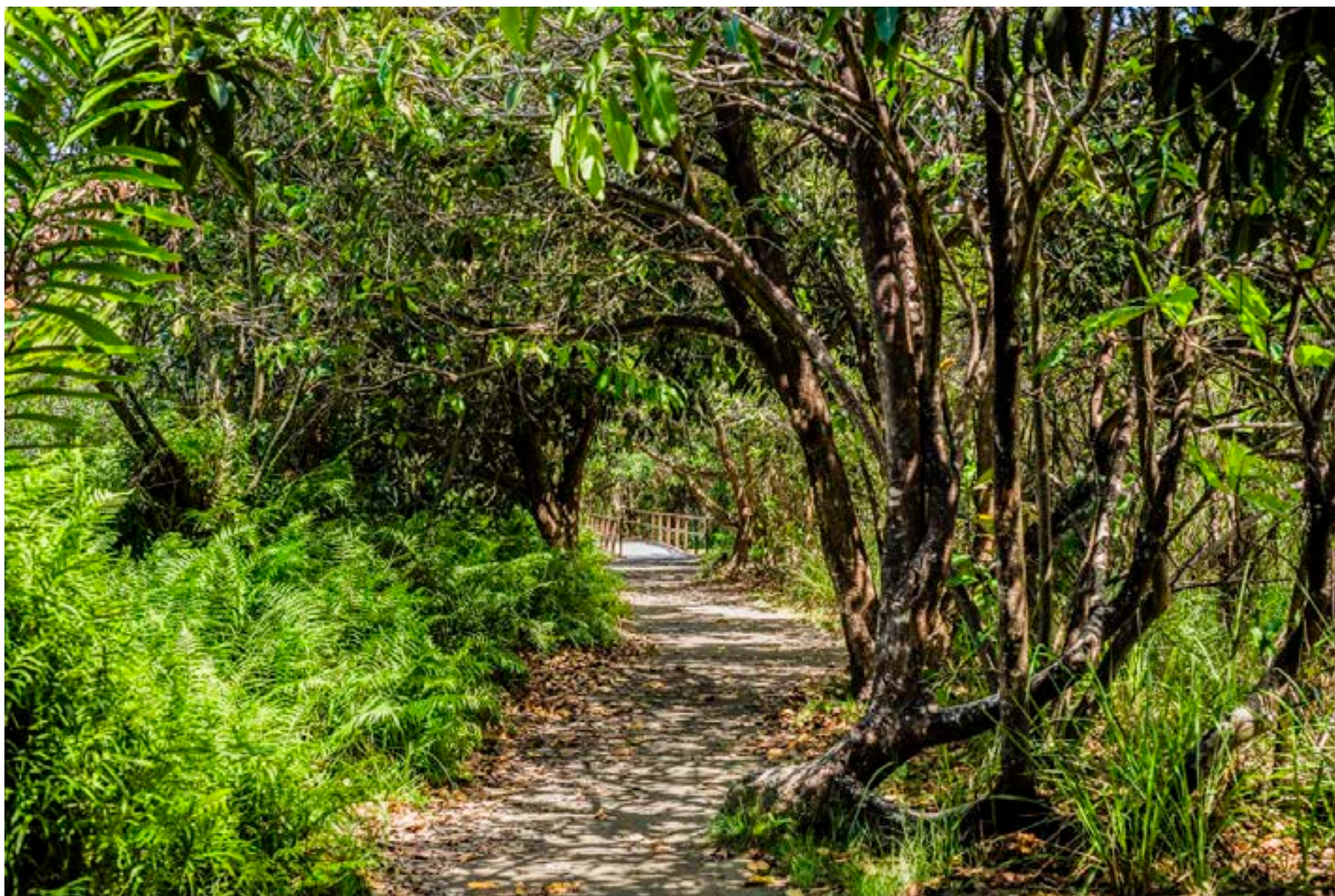




Flora e fauna diversificadas

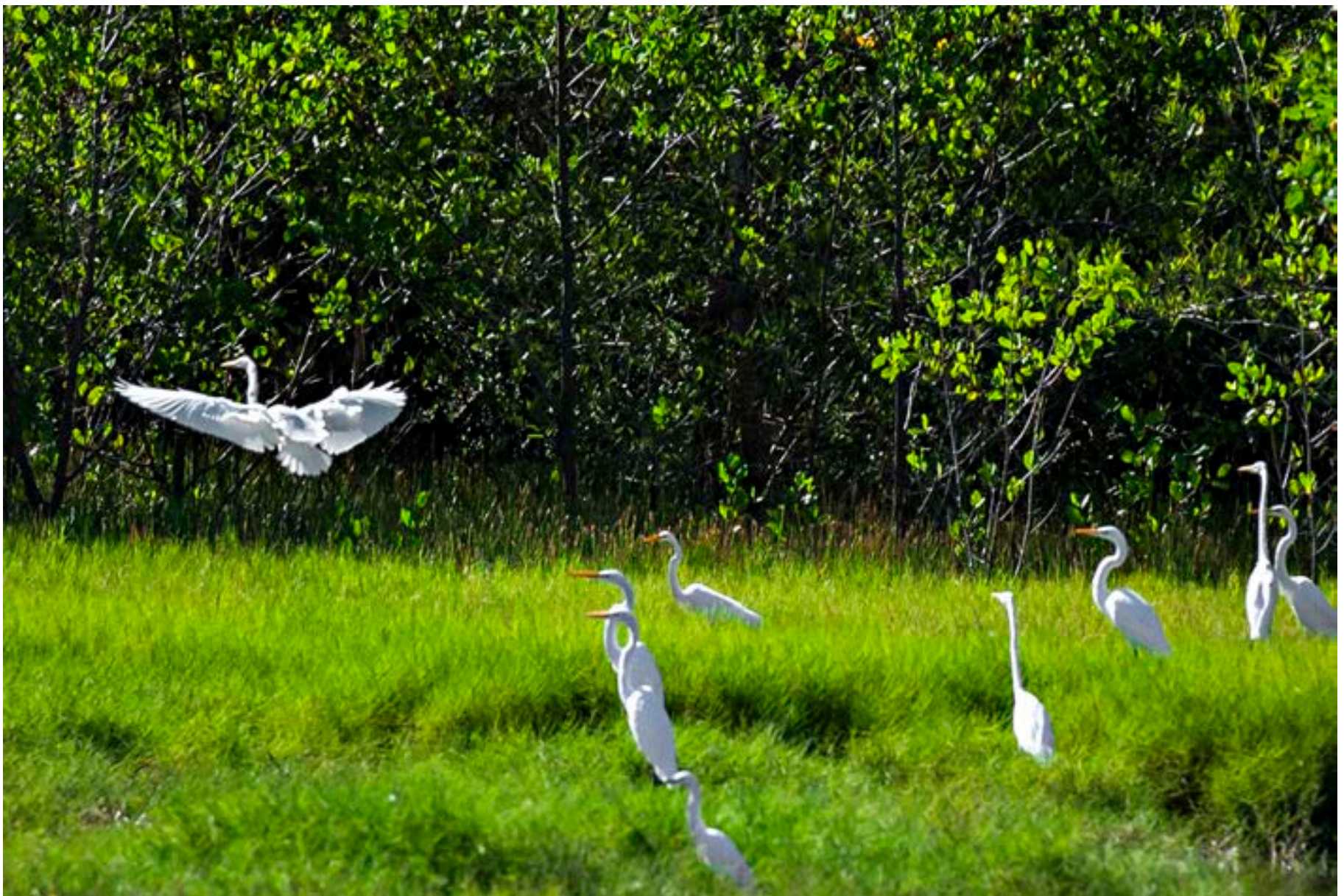


O Parque possui grande variedade de ecossistemas, dos quais se pode destacar: dunas, manguezais, caatinga, planícies litorâneas e planícies flúvio-marinhas. Em relação à flora, o Inventário Florestal Nacional identificou a predominância do mangue em 68% da área amostrada, seguido por 24% de corpos d'água e 8% como vegetação de restinga arbustiva.



Celso Oliveira

As espécies de mangue-branco, mangue-preto e mangue-vermelho são as que chamam maior atenção pela ocorrência na área, respondendo por mais de 90% dos indivíduos mensurados pela pesquisa.

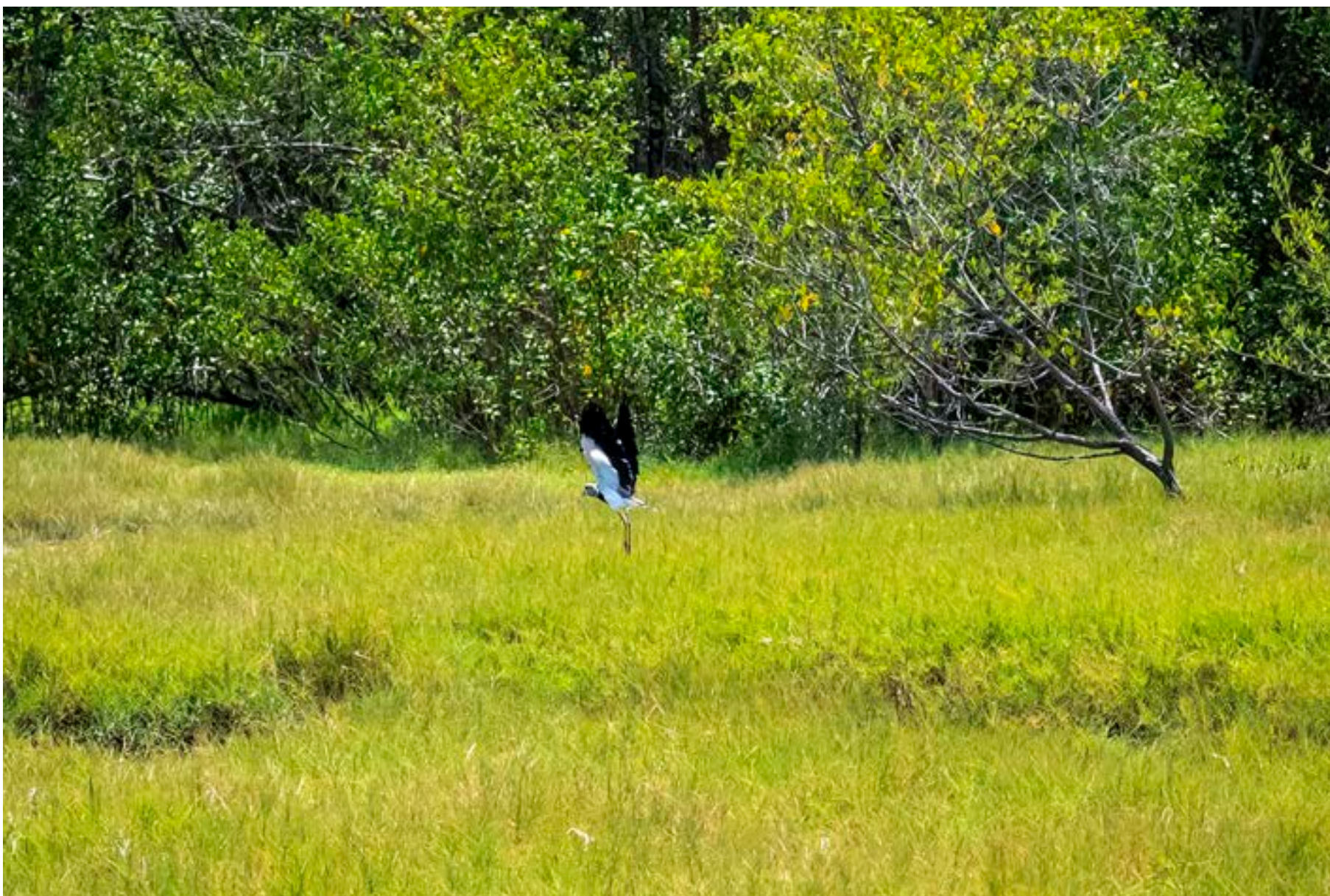


Palco das interrelações entre diversas espécies naturais, o manguezal é um dos ecossistemas mais poderosos desenvolvidos pela natureza.



Celso Oliveira

Ele atua desde a produção de alimentos à regulação do clima, proporcionando ainda circunstância ideal para o desenvolvimento de diversos organismos que ali se reproduzem.



Em Fortaleza, o poder de um manguezal como o que forma o estuário do rio Cocó é grande. Pesquisa realizada pelo Serviço Florestal dos Estados Unidos, em 2011, comprovou que o ecossistema costeiro é capaz de armazenar até quatro vezes mais carbono que qualquer outra floresta no mundo, o que tem impacto direto na amenização do clima da região onde está localizado.



Celso Oliveira

Por outro lado, o manguezal é também um dos conjuntos naturais mais ameaçados em todo o planeta, com taxas de destruição até cinco vezes maiores que a de outros ecossistemas importantes, como florestas e corais.



Mamíferos, répteis e anfíbios também têm seus representantes no inventário faunístico. Além de salamandras, cobras – como a coral verdadeira, a jararaca e a jiboia –, ao lado de iguanas, preás, guaxinins e raposas, estão presentes no Parque.

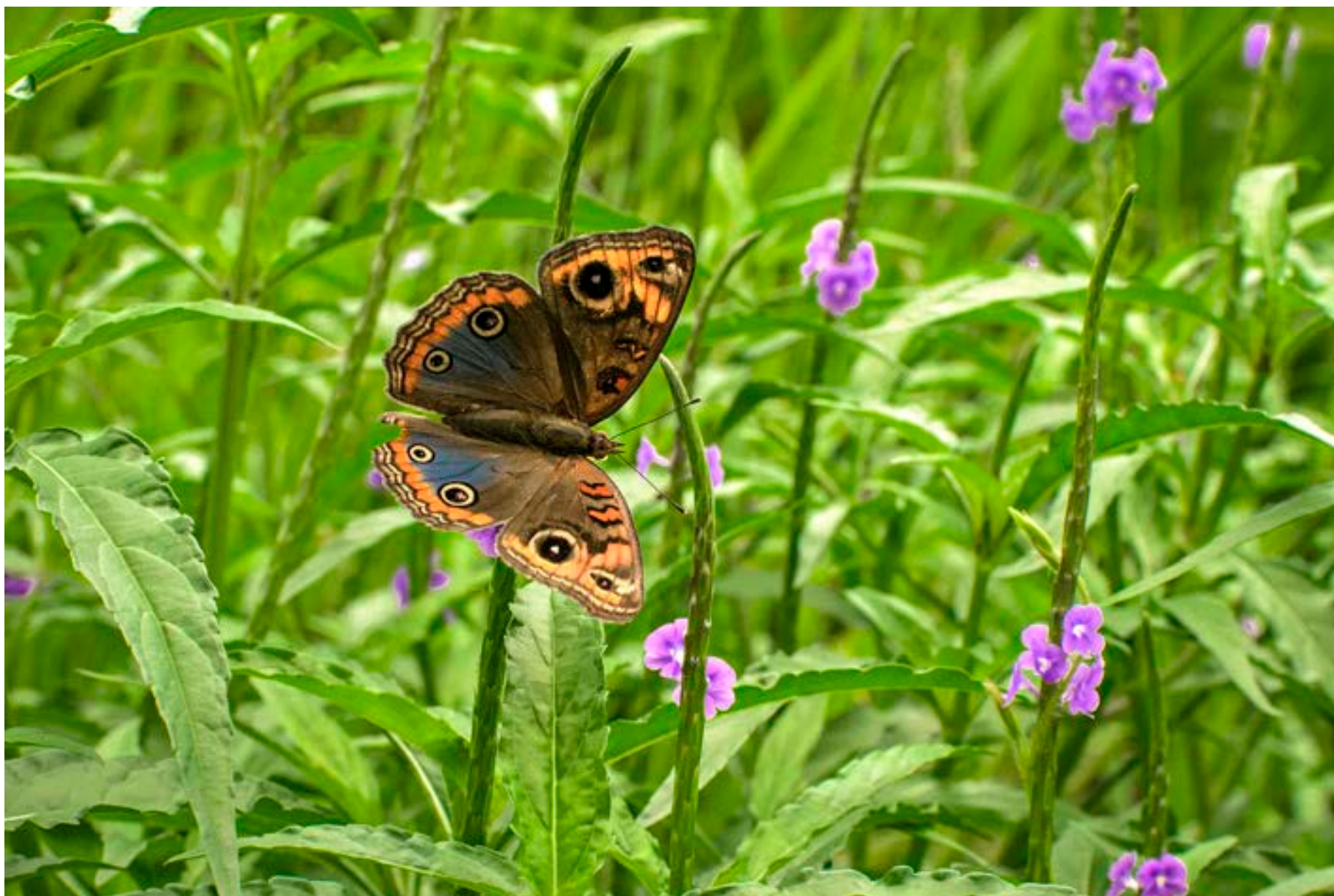


Celso Oliveira

Em meio ao rio, há exemplares variados de peixes, tais como bagre, pema, saúna, cará, bodó, dentre outros. Os caranguejos se manifestam em diversas espécies na região, como aratu-vermelho, o guaiamum, o uçá e o chama-maré.



O Parque Estadual do Cocó possui uma miríade de invertebrados, que dão um colorido todo especial ao cenário, num perfeito casamento entre fauna e flora.

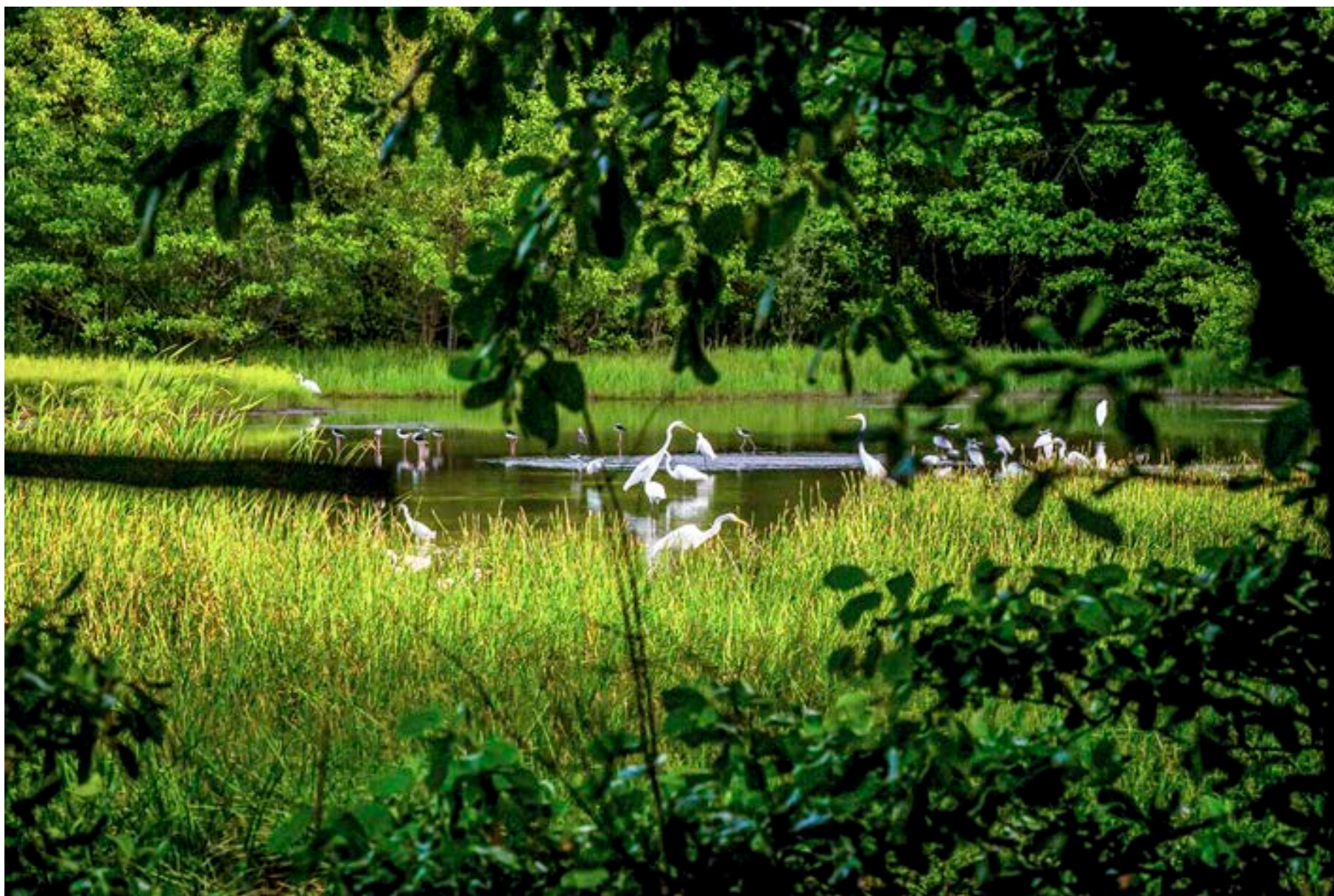


Celso Oliveira

Há uma grande complexidade de relações e de trocas nos ecossistemas manguezais.



Tal complexidade favorece o desenvolvimento de diversas espécies de animais.



Celso Oliveira

As aves, por sua vez, mostram suas diversidades de tamanhos e cores. Sibite-do-mangue, saracura, socó, canário-da-terra, anu, bem-te-vi, garça-branca pequena e o martim-pescador são algumas das espécies que habitam aquela área.





Regulamentação significa a preservação integral da área verde



A regulamentação do Parque é a adequação desta área verde como Unidade de Conservação de Proteção Integral, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). A adequação indica que a área criada como Parque deve ser de posse e domínio público, dando a titularidade do terreno ao poder público, para fazer o controle e a proteção deste espaço.



Diego David

Com a transformação em UC de proteção integral, o regime jurídico fica bem mais restritivo e protetivo, com previsão também na Lei de Crimes Ambientais e no seu Decreto regulamentador de nº 6514/2008. O decreto possui uma subseção que estipula a dosimetria das Infrações Cometidas Exclusivamente em Unidades de Conservação. Toda essa previsão legal dará maior embasamento à atuação da gestão ambiental (SEMA), à atuação da fiscalização e monitoramento (Semace) e à atuação do Batalhão de Policiamento Ambiental.



Celso Oliveira

Fortaleza precisa do Parque. A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda o índice mínimo de 12m² de área verde por habitante na área urbana. Pesquisas demonstram que a convivência com áreas verdes repercute positivamente na saúde física e psíquica das pessoas.



Celso Oliveira

A presença da Polícia Ambiental, a pé, de bicicleta ou de moto, garante a segurança dos usuários do Parque Estadual do Cocó.





Uma história de luta até a criação do Parque



Elían Machado (Arquivo Nirez)

A área onde hoje se encontra o Parque Estadual do Cocó era, nos anos 1960, ocupada por salinas, sendo a maior delas a Salina Diogo, nas quais a produção era artesanal e em condições desfavoráveis. A densidade demográfica era extremamente baixa. Só a partir dos anos 1970, com a construção da avenida Santos Dumont e, posteriormente, do Hospital Geral de Fortaleza, da Universidade de Fortaleza (Unifor) e do shopping center Iguatemi, a ocupação se dá de forma acelerada. Com o fim da salina, o mangue começa a se regenerar.



Diego David

A primeira área do rio Cocó a ser protegida, em 29 de março de 1977, quando declarada de utilidade pública para desapropriação (Decreto Nº 4.852), foi fruto de intensa mobilização social, que impediu a construção do que seria a sede do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).



As manifestações contrárias da Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente (SOCEMA) fizeram com que o projeto de construção do BNB fosse para o bairro Passaré. Em 11 de novembro de 1983, o decreto municipal número 5.754 criou o Parque Adahil Barreto – que hoje é uma das áreas do Parque do Cocó –, de 10 hectares.



Diego David

Em 5 de setembro de 1989, o decreto estadual número 20.253 criou o Parque Ecológico do Cocó, expandido em 8 de junho de 1993. No entanto, não houve a consolidação do Parque do ponto de vista legal, o que gerou diversas invasões em seu entorno.



Os dois decretos de desapropriação caducaram e a regularização fundiária não foi plenamente efetuada, o que veio a ocorrer somente em 2017. O Parque é considerado de grande importância tanto para a cidade, como para a biodiversidade protegida dentro de seus limites.

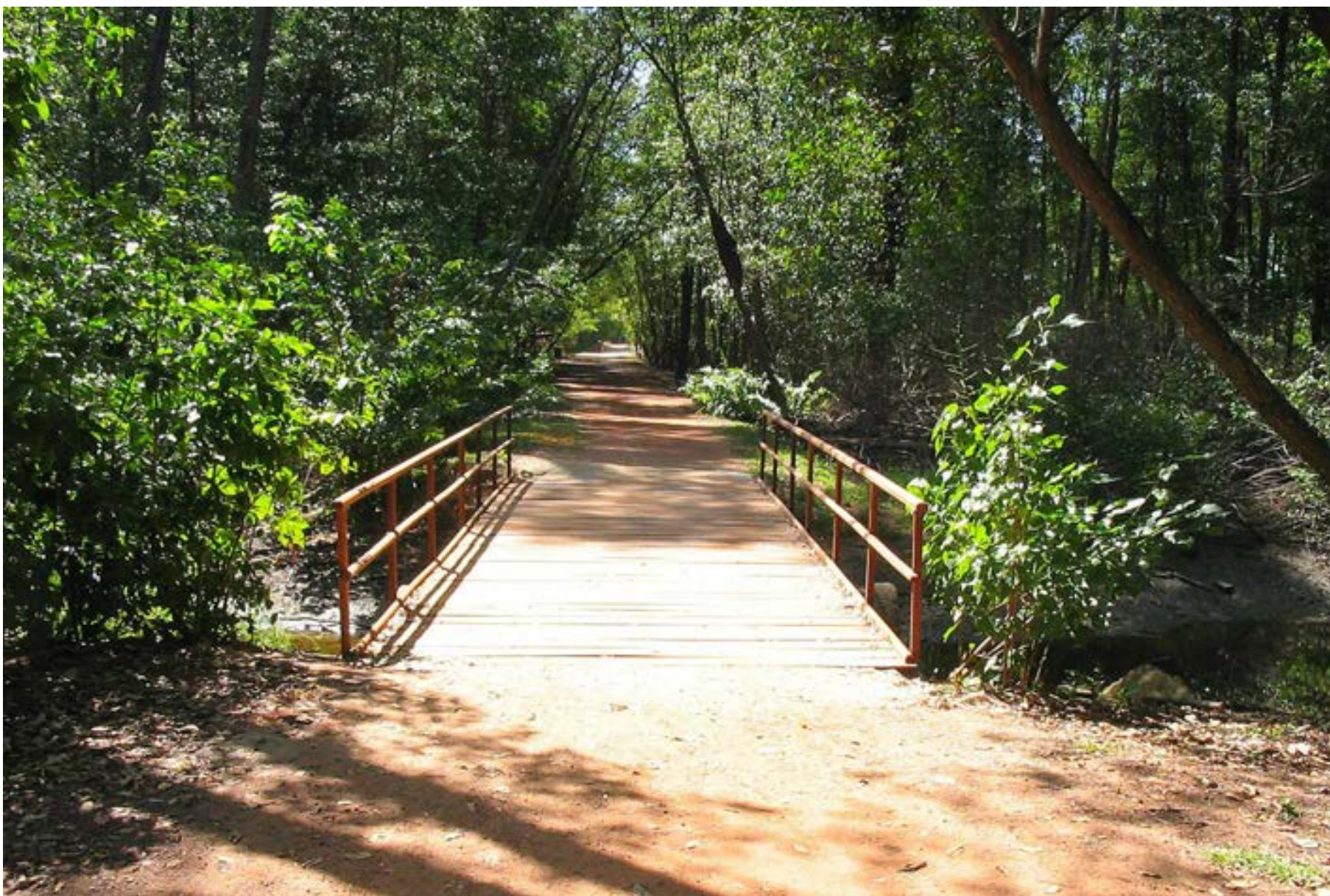
O projeto do governo estadual que efetivou a regulamentação foi democraticamente discutido com a sociedade através de diversas audiências, inclusive com o Fórum Permanente pela Regulamentação do Cocó, que reuniu 25 entidades públicas e não governamentais. Desta forma, houve a concretização de um dos maiores parques naturais em áreas urbanas do mundo. O Parque do Cocó tem 1.581ha, superando outros parques famosos, como o Ibirapuera, em São Paulo (221ha), e o Central Park (341ha), em Nova York.



Celso Oliveira

Os estudos realizados para subsidiar o decreto de criação do Parque Estadual do Cocó, de acordo com a legislação pertinente, que demandaram investimentos por parte do Estado e do Município, foram:

1. Diagnóstico Ambiental do baixo curso da bacia do rio Cocó;
2. Diagnóstico Socioambiental das ocupações inseridas na poligonal;
3. Materialização georreferenciada da poligonal que compreende o trecho entre a BR-116 e a foz do rio Cocó;
4. Levantamento topográfico para delimitação da poligonal compreendida entre o Quarto Anel Viário e a BR-116.



Os demais estudos foram realizados pelo Grupo de Trabalho (GT) do Rio Cocó, coordenado pela equipe técnica da SEMA, sem ônus para o Estado. O decreto N° 4.340, de 22 de agosto de 2002, trata, em seu Art. 33, sobre a aplicação dos recursos da compensação ambiental, explícito em seu inciso IV a utilização deste recurso para realização de Estudos para criação de novas UCs, o que permitiu à SEMA utilizar este recurso, a partir da aprovação do projeto pela Câmara de Compensação Ambiental.



Concurso Nacional de Ideias: equipamentos em áreas degradadas



Além de definir o espaço, o governo estadual realizou um Concurso Nacional de Ideias para dotar o Parque com estruturas que proporcionem condições para que a população desfrute ainda mais dos espaços, mediante atividades de educação ambiental, lazer, esporte, estudo ou para contemplação. Estas intervenções estão sendo realizadas em 17 áreas já degradadas, de forma a não comprometer espaços adensados pela vegetação. Já foram inaugurados complexos poliesportivos na sede do Batalhão da Polícia Militar Ambiental (BPMA), no bairro da Aerolândia; no bairro do Tancredo Neves, na avenida Raul Barbosa, no bairro São João do Tauape, e nos bairros de Sabiaguaba e Jangurussu.



Nestes locais são instalados com campos de futebol com grama sintética (areninhas); quadras para futsal, basquete e vôlei; quadras de areia; academias ao ar livre e brinquedopraças – inclusive com equipamentos acessíveis –, além de estruturas como pistas de skate.



TRILHA DO COCÓ





Requalificação do Parque Estadual do Cocó



O Parque agora atravessa vários bairros da capital. Para boa parte da população de Fortaleza, o Parque Estadual do Cocó reduz-se a um espaço localizado no final da avenida Padre Antônio Tomás, onde localiza-se o antigo anfiteatro. Este local, por si só, já sofreu diversas e positivas intervenções:

1. A construção do Espaço Cine Cocó, no prédio da sede administrativa do Parque, destinado prioritariamente a ações de educação ambiental.



Diego David

2. Revitalização de equipamentos esportivos (quadra poliesportiva, quadras de vôlei de areia, mini-campo de golfe, campo de futebol - areninha).



3. Identificação em pedra cariri (nome científico e popular) das principais espécies da flora do Parque e inserção de dezenas de placas educativas e informativas no entorno do anfiteatro e trilhas.
4. Construção de calçadão (1,2km) destinado a práticas esportivas (caminhada e corrida) e construção de rampas de acessibilidade com piso tátil, com ampliação do sistema de iluminação.

5. Revitalização e manutenção constante de trilhas e pontes, além das calçadas das avenidas adjacentes.

Diego David



Diego David

6. Retomada dos passeios de barco no rio Cocó.



Celso Oliveira

7. Criação de áreas de convivência (mesinhas e banquinhos) confeccionadas com árvores tombadas.
8. Aquisição de equipamentos de atividade física em parceria com Unimed Ceará e Prefeitura Municipal de Fortaleza, merecendo destaque a academia ao ar livre, “Praça amiga da Criança”.

João Dijorge



9. Arvorismo.



João Dijorge

10. Projeto “Viva o Parque”, que ocorre aos domingos com diversas atividades culturais, de lazer e de entretenimento.

Diego David

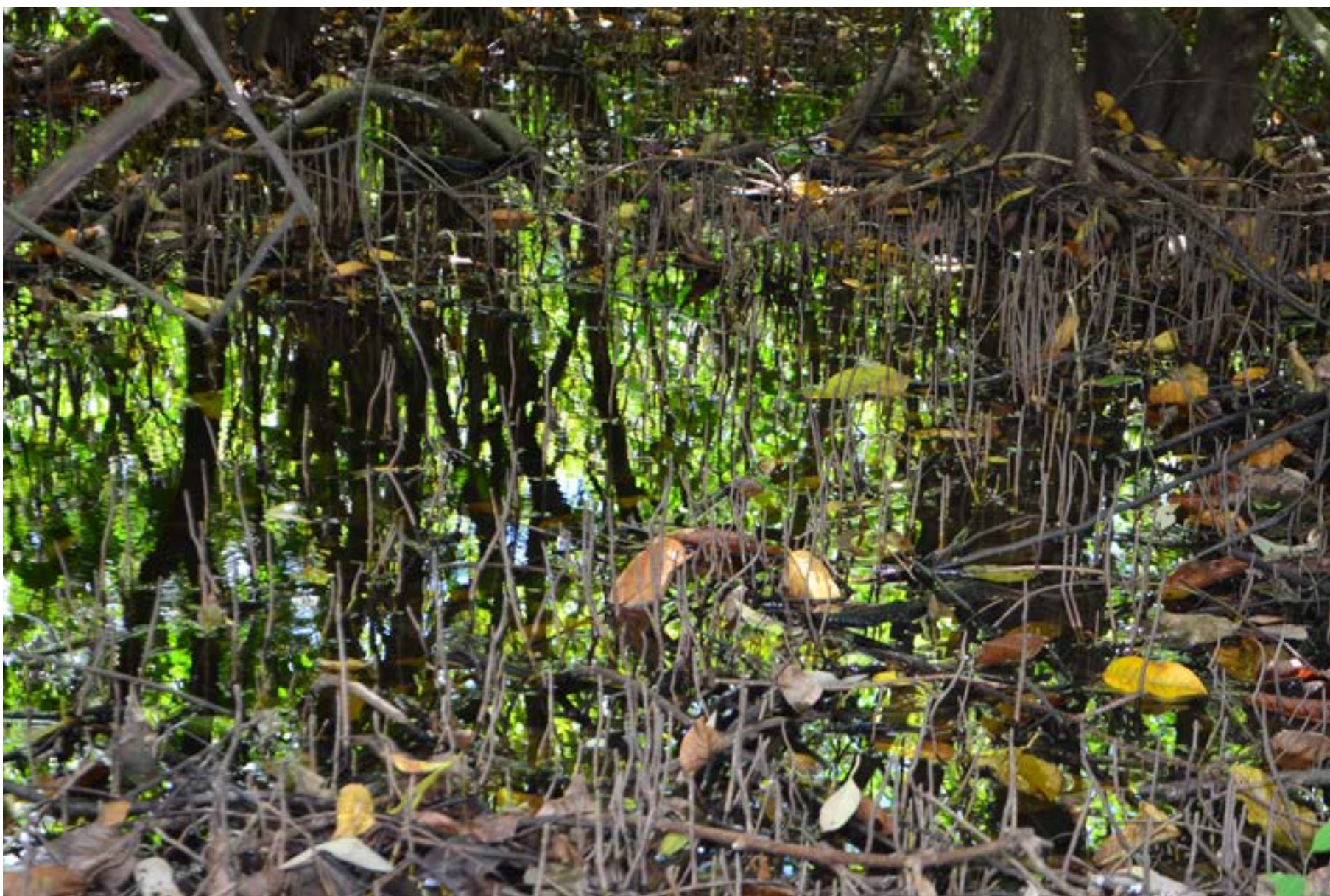


11. Construção de dois viveiros de mudas, em parceria com o SESC e com a Prefeitura de Fortaleza.





O Plano de Manejo



No início de novembro de 2020, o Plano de Manejo foi apresentado ao Conselho Gestor do Parque. De acordo com o SNUC, o plano de manejo é um documento técnico, obrigatório, fundamentado nos objetivos gerais da área protegida. Estabelece o zoneamento e as normas que devem nortear o uso e o manejo dos recursos naturais da mesma. O SNUC também define todos os critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UCs em todo o território nacional.



Diego David

O Plano teve ampla participação popular e a colaboração de várias entidades, com a participação de integrantes do Conselho Gestor do Parque, representantes do Fórum Permanente do Cocó, de diversas instituições dos setores público e privado, de técnicos da Coordenadoria de Biodiversidade (Cobio) e de outras áreas da SEMA, além de representantes de comunidades tradicionais que vivem na área e outras partes interessadas.



No Plano, a Zona de Preservação (ZP) funciona como matriz de reaproveitamento de outras zonas e é dedicada à proteção integral da biodiversidade dos ecossistemas. Já na Zona de Conservação (ZC) não é admitido o uso direto de qualquer natureza. O objetivo da ZC é a conservação do ambiente natural e, ao mesmo tempo, facilitar as atividades de pesquisa e educação ambiental. A Foz do Rio Cocó, na Sabiaguaba, está inserida nessa zona.



Diego David

Há cinco programas que precisam ser implantados. O Zoneamento coloca as regras do território, mas os programas vão além do territorial, explicitando ações que precisam acontecer de forma urgente para que as pessoas possam ter a compreensão que o Parque é uma UC de Proteção Integral. Os programas são: de Uso Público; de Educação Ambiental; de Gestão Ambiental; de Gestão Institucional e o Programa de Monitoramento e Avaliação.

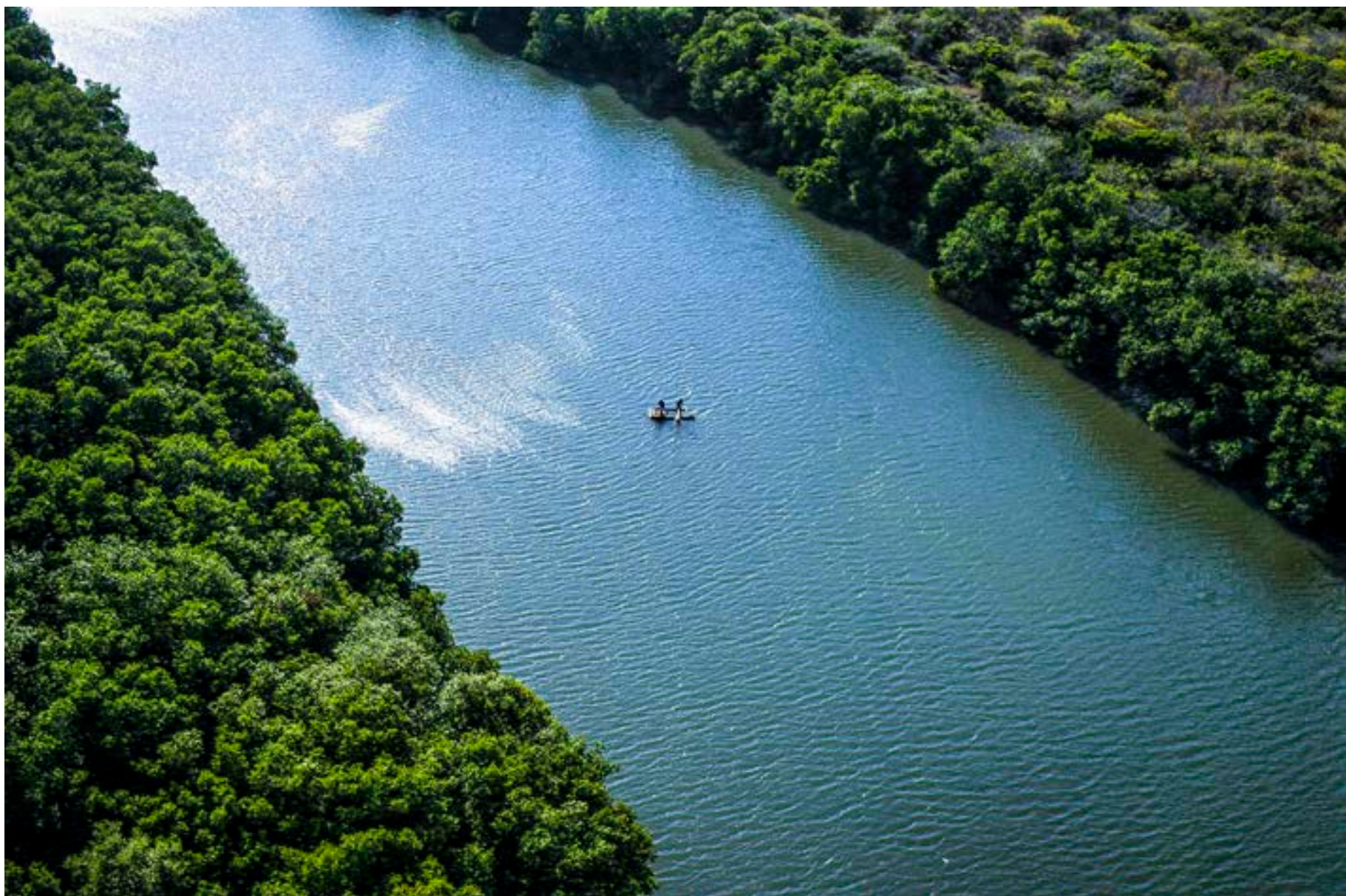




O Pacto pelo Cocó: o desafio de recuperar o rio



Desde quando foi criada, na primeira gestão do governador Camilo Santana, em 2015, a SEMA preocupa-se em despoluir o rio Cocó. Foram realizadas ações para recuperar o rio, da nascente até a foz. A navegabilidade do Cocó já foi restabelecida em vários trechos, inclusive com a restauração do passeio de barco entre as avenidas Sebastião de Abreu e Engenheiro Santana Júnior, num processo de limpeza, feito em parceria com a Secretaria de Infraestrutura do Município de Fortaleza (Seinf) e Secretaria das Cidades, que já retirou milhares de toneladas de resíduos sólidos do rio.



Celso Oliveira

A limpeza foi inclusive escolhida como um dos dois melhores projetos ambientais de órgãos públicos do país, no Prêmio Nacional da Biodiversidade, do Instituto Chico Mendes, braço do Ministério do Meio Ambiente, em 2017. Porém, este foi só o pontapé inicial do processo. Agora, é preciso ir adiante e recuperar o principal manancial de Fortaleza. Não é tarefa simples. Ao receber as águas do riacho Timbó, o Cocó já é impactado por grande quantidade de resíduos industriais e domésticos em Maracanaú.



No Jangurussu, sofre desgaste por conta do resquício do aterro sanitário que funcionou ali entre 1977 e 1998. Há ainda outros desafios a enfrentar, tais como desmatamentos, ocupações irregulares, queimadas, incêndios florestais, despejo de lixo, plantas invasoras, animais domésticos competindo com fauna silvestre, além do furto das cercas de proteção no entorno deste recurso hídrico.



Celso Oliveira

Por isso, a SEMA está articulando o Pacto pelo Cocó, uma proposta ousada de buscar proteger e recuperar o rio Cocó desde as nascentes até a sua foz. Sozinha, a Secretaria do Meio Ambiente do Ceará (SEMA) não terá êxito. Só com envolvimento múltiplo, articulando as esferas do Poder Público e a sociedade civil, será possível sonhar e viver o sonho. Esse esforço requer o engajamento voluntário de diversas entidades, tendo à frente o Governo do Estado. O objetivo é recuperar o Cocó, aumentando a navegabilidade e buscando parâmetros recomendáveis de balneabilidade.



O Pacto pelo Cocó evidencia a urgência dada pelo Estado à causa, vislumbrando, assim, a gestão sustentável dos recursos naturais existentes. Um rio tão significativo e cheio de vida precisa e merece ser tratado de forma a valorizar ainda mais o nosso meio ambiente. E somente a intensa mobilização da sociedade, em seus mais amplos setores, poderá dar cabo a esta árdua tarefa.



Leonardo Borralho

Este não é um projeto de um governo, mas de Estado. Trata-se de um processo participativo, um pacto entre todas as instituições do poder público, setor privado e sociedade civil, atuante e residente no território do rio. Muitos rios já foram recuperados e é possível fazer o mesmo com o Cocó. O Parque depende da saúde do rio e todos devemos acreditar que um dia ele voltará a ser saudável. É um desafio para a nossa geração e um legado para as gerações futuras.



A agenda indica sete temas propositivos e cada um trazendo uma série de ações. O documento servirá de base argumentativa para angariar fundos e agregar esforços para a execução dessa agenda, estabelecendo uma sólida governança visando construir a articulação entre instituições para a implementação e monitoramento do que está sendo proposto.



Diego David

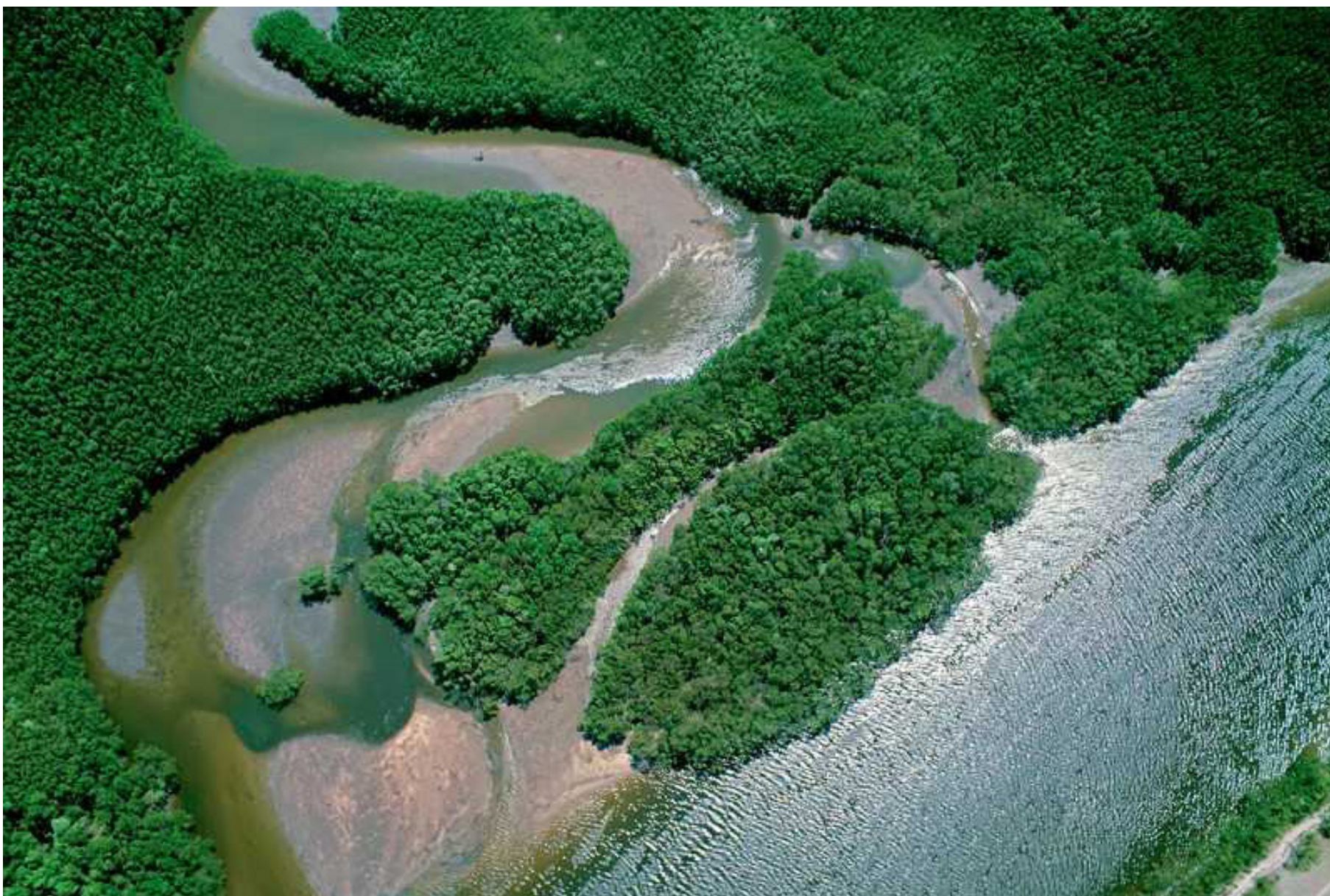
Os sete temas, pensados para serem colocados em prática, são:

1. Estruturação da iniciativa Pacto pelo Cocó;
2. Mobilização Social para a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Cocó;
3. Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Cocó;
4. Gestão do esgotamento Sanitário dos Municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Cocó;
5. Gestão dos Resíduos Sólidos nos Municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Cocó;
6. Ordenamento Territorial na Bacia Hidrográfica do Rio Cocó;
7. Gestão das Atividades Potencialmente Poluidoras.





O rio Cocó: manancial de vida



O rio Cocó nasce na Serra da Aratanha e deságua no Oceano Atlântico, entre as praias do Caça e Pesca e da Sabiaguaba, em Fortaleza. Seu canal principal tem comprimento total aproximado de 50 km ao longo dos municípios de Pacatuba, Maracanaú, Itaitinga e Fortaleza.



Celso Oliveira

O rio recebe outros nomes ao longo do seu curso. Nas suas nascentes vem a se transformar na Lagoa do Boaçú, que na base da Serra da Aratanha passa a ser denominado riacho Pacatuba, e mais à jusante, se torna riacho Gavião. Só quando este recurso hídrico adentra em Fortaleza, na confluência dos limites de Pacatuba, Maracanaú, Itaitinga, o riacho recebe a denominação de rio Cocó, onde demarca o início do Parque Estadual do Cocó.



A Bacia Hidrográfica do Rio Cocó é responsável por drenar aproximadamente 517km² de água, abrangendo parte dos municípios de Pacatuba (169km²), Maracanaú (55,4km²) e Aquiraz (76,3km²). Em Fortaleza, a área total da bacia do Rio Cocó é de 216km², representando 63,5% da distribuição total do município, sendo considerada, portanto, a bacia hidrográfica mais importante da capital.



Demétrio Andrade

O Rio Cocó e seus ecossistemas associados, tais como manguezais e ambientes dunares, desempenham serviços ecossistêmicos imprescindíveis ao meio ambiente, como por exemplo: melhoria da qualidade do ar; abrigo de fauna, especialmente os manguezais, “habitat crítico”, na forma de berçário para moluscos, crustáceos e peixes; fonte de subsistência para populações ribeirinhas; amenização, por parte dos manguezais, da erosão costeira; atividades de lazer, recreação e educação ambiental; manutenção do ciclo hidrológico da água.



A regulamentação do Parque Estadual é uma conquista ambiental histórica e inquestionável, mas a vitória completa da sociedade – e a própria longevidade da Unidade de Conservação – depende do trabalho de recuperação do rio Cocó. É a próxima tarefa a ser abraçada e cada um de nós tem a sua parcela de responsabilidade neste processo.

João Milton Cunha de Miranda
Diretor Executivo

EDIÇÕES INESP

Ernandes do Carmo

Orientador da Célula de Edição e Produção Gráfica

**Cleomarcio Alves (Márcio), Francisco de Moura,
Hadson França, Edson Frota e João Alfredo**

Equipe de Acabamento e Montagem

Aurenir Lopes e Tiago Casal

Equipe de Produção em Braile

Mário Giffoni

Diagramação

José Gotardo Filho e Valdemice Costa (Valdo)

Equipe de Design Gráfico

Rachel Garcia Bastos de Araújo

Redação

Valquiria Moreira

Secretaria Executiva / Assistente Editorial

Manuela Cavalcante

Secretaria Executiva

Luzia Lêda Batista Rolim

Assessoria de Imprensa

Lúcia Maria Jacó Rocha e Vânia Monteiro Soares Rios

Equipe de Revisão

Marta Lêda Miranda Bezerra e Maria Marluce Studart Vieira

Equipe Auxiliar de Revisão

Site: [http://www.al.ce.gov.br/index.php/institucional/
instituto-de-estudos-e-pesquisas-sobre-o-desenvolvimento-do-ceara](http://www.al.ce.gov.br/index.php/institucional/instituto-de-estudos-e-pesquisas-sobre-o-desenvolvimento-do-ceara)

E-mail: presidenciainesp@al.ce.gov.br

Fone: (85) 3277-3701



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Av. Desembargador Moreira 2807,
Dionísio Torres, Fortaleza, Ceará, CEP 60.170-900
Site: www.al.ce.gov.br
Fone: (85) 3277-2500



Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

Mesa Diretora
2021-2022

Deputado Evandro Leitão
Presidente

Deputado Fernando Santana
1º Vice-Presidente

Deputado Dannel Oliveira
2º Vice-Presidente

Deputado Antônio Granja
1º Secretário

Deputado Audic Mota
2º Secretário

Deputada Érika Amorim
3ª Secretária

Deputado Apóstolo Luiz Henrique
4º Secretário



Escaneie o QR CODE
e acesse nossas
publicações

Apoio institucional:



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE